



Grant Thornton

BRVias Holding VRD S.A.

Demonstrações financeiras acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2018

Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Diretores e Administradores da
BRVias Holding VRD S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da BRVias Holding VRD S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da BRVias Holding VRD S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidada de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individual e consolidada para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras individual e consolidada da BRVias Holding VRD S.A. de 31 de dezembro de 2017 foram auditadas por outros auditores, com relatório emitido em 23 de abril de 2018, no qual foi apresentado parágrafo de incerteza relacionado a continuidade operacional. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o assunto em questão não é aplicável.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

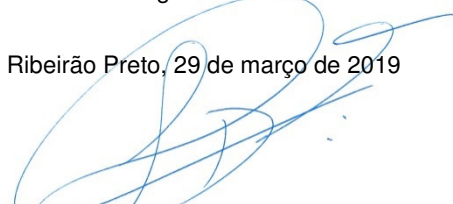
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das controladas para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 29 de março de 2019



Marcelo Castro Valentini
CT CRC 1SP-239.472/O-2

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

BRVias Holding VRD S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

ATIVO					
		Controladora		Consolidado	
	Notas	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	10	22	1.381	4.919	2.852
Aplicações financeiras	11	-	-	62.537	66.616
Contas a receber	12	-	-	9.015	13.515
Despesas pagas antecipadamente	-	-	-	457	250
Adiantamento a fornecedores	-	62	-	948	794
Partes relacionadas	13	6.290	-	7.274	864
Outros créditos	-	32	32	2.753	1.986
Total do ativo circulante		6.406	1.413	87.903	86.877
Ativo não circulante					
Realizável a longo prazo					
Depósitos judiciais	-	-	-	1.752	1.522
Imposto de renda e contribuição social diferido	21	-	-	22.977	19.956
Investimentos	14	328.219	330.596	-	-
Imobilizado	15	-	-	4.902	5.583
Intangível	16	-	-	940.164	957.082
Total do ativo não circulante		328.219	330.596	969.795	984.143
Total do ativo		334.625	332.009	1.057.698	1.071.020

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BRVias Holding VRD S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

		Controladora		Consolidado	
	Notas	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Passivo circulante					
Empréstimos e financiamentos	17	-	40.644	39.160	230.110
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	1.600	67.300	1.600	67.300
Debêntures	18	107.756	79.403	550.272	519.482
Fornecedores	19	-	-	61.421	39.073
Obrigações tributárias	-	2	-	3.608	2.956
Obrigações sociais	-	-	-	3.651	5.236
Partes relacionadas	-	1.154	-	-	-
Outras contas a pagar	-	-	925	3.300	151
Dividendos a pagar	-	66	66	66	66
Provisão para manutenção	20	-	-	14.795	16.075
Total do passivo circulante		110.578	188.338	677.873	880.449
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	17	-	-	128.639	16.364
Provisão para manutenção	20	-	-	26.522	29.418
Provisão para contingências	22	-	-	617	1.118
Total do passivo não circulante		-	-	155.778	46.900
Patrimônio líquido					
Capital social	23	342.870	237.470	342.870	237.470
Reserva de capital		25.461	25.461	25.461	25.461
Prejuízos acumulados		(144.284)	(119.260)	(144.284)	(119.260)
Total do patrimônio líquido		224.047	143.671	224.047	143.671
Total do passivo		110.578	188.338	833.651	927.349
Total do passivo e patrimônio líquido		334.625	332.009	1.057.698	1.071.020

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BRVias Holding VRD S.A.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Receita operacional líquida	24	-	-	202.774	205.441
Custo dos serviços prestados	25	-	-	(154.532)	(100.648)
Custo de construção	25	-	-	(13.355)	(23.750)
Lucro bruto		-	-	34.887	81.043
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	25	(622)	(583)	(11.014)	(10.879)
Outros resultados operacionais		-	-	14.132	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(622)	(583)	38.005	70.164
Receitas financeiras	26	-	-	23.669	3.496
Despesas financeiras	26	(25.526)	(5.206)	(96.009)	(74.442)
Receitas (despesas) financeiras líquidas		(25.526)	(5.206)	(72.340)	(70.946)
Participação nos lucros das empresas investidas por equivalência patrimonial		(5.167)	44.845	-	-
Resultado antes dos impostos		(31.315)	39.055	(34.335)	(783)
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	-	-	(348)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	6.290	-	9.310	40.186
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		(25.025)	39.055	(25.025)	39.055
Lucro líquido (Prejuízo) básico e diluído por ação em Reais - R\$		(0,05593)	0,15630	(0,05593)	0,15630

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BRVias Holding VRD S.A.

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Lucro (prejuízo) do exercício	(25.025)	39.055	(25.025)	39.055
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total de resultado abrangente do período	(25.025)	39.055	(25.025)	39.055

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BRVias Holding VRD S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Capital social	Capital integralizar	Capital integralizado	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017	237.470	-	237.470	25.461	(158.315)	104.616
Aumento de capital conforme AGE em 26 de maio de 2017	110.000	(110.000)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	39.055	39.055
Saldos em 31 de dezembro de 2017	347.470	(110.000)	237.470	25.461	(119.260)	143.671
Aumento de capital conforme AGE em 19 de dezembro de 2018	100.000	(100.000)	-	-	-	-
Integralização de capital conforme AGE em 19 de dezembro de 2018	-	105.400	105.400	-	-	105.400
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(25.025)	(25.025)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	447.470	(104.600)	342.870	25.461	(144.285)	224.046

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BRVias Holding VRD S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais				
Prejuízo do semestre	(25.025)	39.055	(25.025)	39.055
Ajustes para:				
Depreciação	-	-	2.101	1.856
Amortização	-	-	34.438	20.736
Baixa do intangível	-	-	-	892
Baixa do ativo imobilizado líquida	-	-	1.184	3
Provisão para manutenção	-	-	60.089	19.276
(Reversão) constituição da provisão para demandas judiciais	-	-	(501)	(179)
Resultado de equivalência patrimonial	5.167	(44.845)	-	-
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures	25.136	5.193	91.990	72.060
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(6.290)	-	(9.310)	(40.186)
	(1.012)	(597)	154.966	113.513
(Aumento) redução no ativo				
Contas a receber	-	-	4.500	(2.956)
Despesas pagas antecipadamente	-	-	(207)	180
Outros créditos	(62)	6	(1.151)	340
Aplicações financeiras	-	-	(85.093)	(114.053)
Resgate das aplicações	-	-	89.172	73.993
Aumento (redução) no passivo				
Fornecedores	-	-	22.348	(4.636)
Passivo fiscal corrente	2	-	652	836
Obrigações sociais	-	-	(1.585)	699
Contas a pagar	(924)	171	3.149	85
Realização de provisão para manutenção	-	-	(64.265)	(26.571)
Impostos pagos sobre o lucro	-	-	-	(348)
Juros de empréstimos e financiamentos e debêntures pagos	(9.890)	(20.668)	(58.517)	(65.500)
Fluxo de caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	(11.886)	(21.088)	63.969	(24.418)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Integralização de capital social em controlada	(2.790)	(43.650)	-	-
Aquisição de imobilizado	-	-	(2.606)	(407)
Adição do intangível	-	-	(17.518)	(23.346)
Fluxo de caixa decorrente das (usado nas) atividades de investimentos	(2.790)	(43.650)	(20.124)	(23.753)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Aumento de capital em dinheiro	39.700	61.100	39.700	61.100
Partes relacionadas	1.154	-	(120)	-
Captações de empréstimos e financiamentos e debêntures	72.447	6.000	72.447	34.854
Amortização de empréstimos e financiamentos e debêntures	(99.984)	(1.634)	(153.805)	(48.878)
Caixa líquido decorrente das (usado nas) atividades de financiamentos	13.317	65.466	(41.778)	47.076
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(1.359)	728	2.067	(1.095)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	1.381	653	2.852	3.947
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	22	1.381	4.919	2.852

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

*(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando
mencionado de outra forma)*

1 Contexto operacional

A BRVias Holding VRD S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 18 de dezembro de 2007, com sede localizada na Rua João Moreira da Silva, 509 Iguatemi, 448, 10º andar, sala A, Jardim Americano – cidade de Lins – SP. Seu objeto social é exclusivamente a participação na ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A. (“Controlada” ou “ViaRondon”).

A Companhia iniciou suas atividades em 10 de dezembro de 2010, onde todas as ações da ViaRondon que eram detidas pelas empresas Comporte Participações S.A. e Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A. foram aportadas na BRVias Holding VRD S.A., passando esta a ser a única acionista da ViaRondon, sendo contabilizado o montante de R\$ 111.899 de investimento em contrapartida do aumento de capital social na data da operação.

Conforme demonstrado na demonstração de resultado e no balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentou um prejuízo de R\$ 25.025 (R\$ 39.055 em 2017 de lucro líquido) e capital circulante líquido negativo de R\$ 104.172 (R\$ 186.925 em 2017) na controladora e R\$ 589.970 (R\$ 793.572 em 2017) no consolidado, principalmente pela reclassificação do passivo não circulante para o passivo circulante no montante de R\$ 76.147 e R\$ 485.060 na controladora e consolidado, respectivamente, de debentures e mais R\$ 126.771 no consolidado de empréstimos e financiamentos, ensejado pelo descumprimento de cláusulas contratuais (“covenants”) em contratos de credores.

A Administração entende ser improvável a decretação do vencimento antecipado de obrigações de longo prazo, uma vez que a Companhia se mantém adimplente com os pagamentos das obrigações financeiras. Dada a mecânica de preenchimento com os valores cobrados nas praças de pedágio das contas garantia e reserva aos credores, em valores acima do suficiente para fazer frente aos vencimentos das parcelas dos empréstimos e financiamentos, a Companhia entende como afastada a hipótese de vencimento antecipado.

Os planos da Administração visam a recuperação dos resultados operacionais positivos ao longo dos próximos exercícios. Para isso, a Administração busca a contínua eficiência operacional e consequentemente a redução dos custos de operação e manutenção da rodovia. Adicionalmente, as projeções futuras de mercado indicam a melhoria do cenário econômico, que conjuntamente com a correção anual das tarifas, conforme previsto no contrato de concessão, e a retomada do crescimento econômico com impacto positivo no tráfego da rodovia, permitirão à Companhia aumentar suas receitas.

2 Relação de entidade controlada

Segue a controlada da Companhia:

	País	Participação acionária %	
		2018	2017
ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.	Brasil	100%	100%

A sua controlada é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua João Moreira da Silva, 509 Jardim Americano, Lins – São Paulo, que iniciou suas atividades em 06 de maio de 2009.

O objeto social da sua controlada é a exploração do sistema rodoviário do Corredor Marechal Rondon Oeste (SP-300), de acordo com os termos de concessão outorgados pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP), trecho este concedido por meio da concorrência pública internacional (Edital nº 006/08), que se inicia entre o km 336 e o km 500, entroncamento com a SP-225, na Cidade de Bauru e finaliza-se nos km 667 e 630, na Cidade de Castilho, Estado de São Paulo.

A concessão possui um prazo de 30 anos e tem como objetivo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e gestão de serviços complementares. É explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários. A prorrogação do prazo da concessão somente será admitida para recompor o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Decorrente desta concessão, a sua controlada assumiu os seguintes compromissos:

- Pagamento de direito de outorga no valor total de R\$ 411.000, dos quais R\$ 82.200 foram pagos à vista e o saldo devedor em 18 parcelas mensais e sucessivas de R\$ 18.300, reajustados de acordo com o reajuste nas cobranças da tarifa do pedágio, já tendo sido integralmente liquidado;
- Pagamento de valor correspondente a 3% da receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela concessionária em 27 de junho de 2013 foi publicada no Diário Oficial a redução do percentual para 1,5%, passando a vigorar a partir de julho de 2013; e
- Realização de investimentos na rodovia.

Para fazer frente a suas obrigações contratuais, a sua controlada tem contado com o suporte dos acionistas, bem como com recursos de terceiros. As demonstrações financeiras foram

preparadas no pressuposto da continuidade das operações da sua controlada, tendo em vista que os seus negócios têm se comportado conforme esperado em projetos da mesma natureza.

3 Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foi autorizada pela Administração em 29 de março de 2019. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e sua controlada. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas

As estimativas e premissas são revisadas de uma forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

a. Julgamento

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 6 (e)** – Classificação de obras de melhoria incorporadas ao ativo intangível, dentro da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1).

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre incertezas a respeito das premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 16** – Amortização e recuperabilidade do ativo intangível;
- **Notas Explicativas nºs 20 e 22** – Provisão para manutenção e provisão para contingências - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e

- **Nota Explicativa nº 21** – Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados.

Mensuração a valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e sua controlada requerem a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia e sua controlada estabeleceram uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A Companhia e sua controlada revisam regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e sua controlada usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia e sua controlada reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 27** – Instrumentos financeiros.

6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e sua controlada foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado que são mensurados pelo valor justo.

7 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir em detalhes têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Base de consolidação

(i) Controlada

A Companhia controla uma investida quando está exposta a, ou tem direitos sobre os, retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a investida e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo de seu poder sobre a investida. As demonstrações financeiras da controlada são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data que o controle inicia até a data que o controle deixar de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as informações financeiras da controlada são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

(ii) Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido, no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro que não seja pelo valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio do resultado e (iii) valor justo por meio do resultado abrangente.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Sociedade ou da contraparte

c. Capital social

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, deduzidos de quaisquer efeitos tributários.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

A Companhia e sua controlada consideram como ativo imobilizado somente os bens que estão em seu poder e podem ser a qualquer momento negociados sem prévia autorização do poder concedente da concessão em que opera.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia e sua controlada inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos dos empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando for provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e sua controlada. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo.

As vidas úteis médias estimadas para o período corrente e exercício comparativos são as seguintes:

Computadores e periféricos	4 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos

e. Ativos intangíveis

A Companhia e sua controlada possuem os seguintes ativos intangíveis:

(i) Contratos de concessão de serviços

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário:

Atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários da rodovia pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia e sua controlada estimaram que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero. Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento. A concessionária não tem o direito contratual de receber caixa se houver falta de uso do ativo (rodovias) pelos usuários, mesmo quando o retorno da concessionária tenha um risco muito baixo.

(ii) Direito de outorga

O valor pago ao poder concedente correspondente ao direito de explorar a concessão foi reconhecido na rubrica “Direito de Outorga”, no ativo intangível (Nota Explicativa nº 16). As respectivas obrigações relacionadas aos pagamentos futuros (exigibilidades) foram registradas no passivo e já foram liquidadas.

O direito de outorga da concessão vem sendo amortizado pela curva de tráfego pelo prazo da concessão.

(iii) Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e sua controlada e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

(iv) Gastos subsequentes

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

(v) Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

O critério definido para amortização dos ativos intangíveis originados do contrato de concessão de serviços e do direito de outorga é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão, desta forma, a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo de concessão. A amortização é reconhecida no resultado.

A amortização de outros ativos intangíveis é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ultrapassam o prazo da concessão, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis médias estimadas para o período corrente e exercício comparativo dos outros intangíveis são as seguintes:

Software

5 anos

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo, quando aplicável.

f. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros (*não derivativos*)

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições não consideradas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;

- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia e sua controlada determinam o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB de cada negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

g. Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

h. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e sua controlada tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

(i) Provisão de manutenção – Contratos de construção

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura com um nível específico de operacionalidade ou recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente no final do contrato de concessão são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A Companhia e sua controlada definiram que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificadas e destinadas a recompor a infraestrutura concedida as condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato passam a ser provisionadas a medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

Essa provisão é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão, trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

i. Capitalização dos custos dos empréstimos

Os custos dos empréstimos são capitalizados durante a fase de construção.

j. Receita operacional

(i) Receita de pedágio

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a sua controlada e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e tributos ou encargos sobre vendas.

A receita é reconhecida em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio.

Receitas de operação ou serviço são reconhecidas no período no qual os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

(ii) Receita de construção

Pelos termos do contrato de concessão, a Concessionária deve construir e/ou melhorar a infraestrutura das rodovias que opera. Conforme requerido pelo ICPC01 (R1) – Contratos de Concessão, as receitas relativas ao serviço de construção/melhoria prestado devem ser mensuradas e registradas pela Companhia e sua controlada em contrapartida ao ativo intangível de concessão, por corresponder a um direito sobre tal ativo, sendo registrada pelo seu valor justo. Este direito que corresponde a receita de construção/melhoria, é composto de custo de construção/melhoria acrescido a margem de lucro a aos custos de empréstimos atribuíveis e este ativo. A Companhia e sua controlada estimaram que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita.

k. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias e as despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou a produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

l. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia e sua controlada esperam recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

m. Informações por segmento

A principal receita da atividade da Companhia e sua controlada vem do recebimento da tarifa de pedágio sendo, no entanto, facultado à Companhia e sua controlada explorar outras fontes de receitas complementares, de acordo com o contrato de concessão. Todas as decisões dos administradores e gestores relativas ao planejamento estratégico, financeiras, compras, investimentos de recursos e avaliação de performance são tomadas considerando a Companhia e sua controlada como um todo, ou seja, a Companhia e sua controlada estão organizadas em um único segmento de negócio.

n. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

A Companhia na adoção do CPC 48/ IFRS 9 – Instrumentos financeiros e o CPC 47/IFRS 15 – receita de contratos com clientes, a partir de 1º de janeiro de 2018, não identificou impactos materiais que possam impactar de forma relevante as suas demonstrações contábeis a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Uma avaliação mais detalhada das alterações de prática decorrente destas normas está resumida a seguir:

IFRS 15/CPC 47 – Receitas de contratos com clientes

A IFRS 15/CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. A IFRS 15/CPC 47 substitui as normas anteriores para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30/IAS 18 – receitas, CPC 17/ IAS 11 – Contratos de construção e a CPC 30/IFRIC 13 – Programas de fidelidade com o cliente.

Na adoção, a Companhia não identificou impactos significativos em relação ao reconhecimento da receita dos serviços aos usuários de seus projetos de concessão de infraestrutura de transportes, bem como no reconhecimento das receitas de construção, conforme requerido pelo ICP 01/IFRIC 12, já reconhecidas hoje de forma desagregada.

IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos financeiros

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar a fornecedores e empréstimos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

Reconhecimento inicial e mensuração

Os principais instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, créditos a receber, contas a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação. A partir de 1º de janeiro de 2018, a classificação pode ser da seguinte forma:

- Custo amortizado;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou
- Valor justo por meio do resultado.

Nesse sentido, a Companhia classificou seus ativos financeiros como “custo amortizado” (demais ativos financeiros).

As receitas com juros provenientes dos ativos financeiros classificados como custo amortizado são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. As perdas por impairment, quando aplicável, são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

Conforme permitido pelas regras de transição do IFRS 9/CPC 48, a nova norma foi adotada pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2018, sem a reapresentação das cifras comparativas do exercício de 2017. Por esse motivo, as práticas contábeis adotadas na elaboração das informações comparativas são as mesmas divulgadas nas demonstrações financeiras do exercício anterior de 31 de dezembro de 2017.

Até 31 de dezembro de 2017, a Companhia classificava seus ativos financeiros sob as categorias “mensurados ao valor justo por meio do resultado” e “empréstimos e recebíveis”. A classificação dependia da finalidade para a qual os ativos financeiros eram adquiridos. A mensuração inicial não foi alterada com a adoção do IFRS 9/CPC48. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado eram, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis eram contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os passivos financeiros foram classificados como “passivos financeiros ao custo amortizado”, sendo mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

n.1 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não aplicáveis para adoção

IFRS 16/CPC 06 (R2) Arrendamentos

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17)

Operações de arrendamento mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos complementares das operações de arrendamento mercantil. É efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019, data em que ocorrerá sua adoção por parte da Companhia.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O impacto da aplicação da IFRS 16 nas demonstrações contábeis no período de aplicação inicial será concentrado em reconhecimento de ativos e passivos por seus arrendamentos operacionais de equipamentos e instalações, bem como será substituída a despesa linear de arrendamento operacional por um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

Não é esperado impacto significativo para os arrendamentos financeiros da Companhia, que na data destas demonstrações contábeis são imateriais e, portanto, não divulgados em Nota Explicativa. Consequentemente, não se espera que a adoção da IFRS 16 afete nossa capacidade de cumprir com os acordos contratuais (covenants) de limite máximo de alavancagem em empréstimos, financiamentos e debêntures.

Outras alterações

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

- Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 – Alterações à IFRS 1 e à IAS 28;
- ICPC 21/IFRIC 22 – transações em moeda estrangeira e adiantamento.

Com relação à IFRIC 23 – incerteza sobre tratamentos de imposto de renda, análise mais aprofundada será necessária para identificação de seus impactos, com data efetiva a partir de 1º de janeiro de 2019.

- Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 – Alterações à IFRS 1 e à IAS 28;
- ICPC 21 / IFRIC 22 – Transações em moeda estrangeira e adiantamento.

Com relação à IFRIC 23 – Incerteza sobre tratamentos de imposto de renda, análise mais aprofundada será necessária para identificação de seus impactos, com data efetiva a partir de 1º de janeiro de 2019.

8 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Caixa	-	-	-	-
Bancos conta movimento	22	1.381	4.786	2.719
Fundo de troco/numerários em trânsito	-	-	133	133
	22	1.381	4.919	2.852

A exposição da Companhia e sua controlada a riscos de crédito e de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 27.

9 Aplicações financeiras – consolidado

	2018	2017
Aplicações financeiras	62.537	66.616

Aplicação financeira em Certificado de Depósito Bancário, junto ao Banco Bradesco, com liquidez diária, sendo remunerada à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs), mantida a título de garantia da operação junto ao BNDES e Debêntures, vide maiores detalhes nas Notas Explicativas nºs 15 e 16.

A exposição da sua controlada a riscos de crédito e de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 25.

10 Contas a receber – consolidado

	2018	2017
Pedágio eletrônico	6.267	10.247
Visa - vale-pedágio	198	203
Brink's Segurança e Transporte de Valores Ltda.	1.344	2.639
DBTrans S/A	225	137
Outras receitas	981	289
	9.015	13.515

Idade de vencimento dos títulos	2018	2017
Créditos a vencer até 30 dias	7.767	13.225
Créditos a vencer até 60 dias	266	-
Créditos vencidos à mais de 91 dias	-	1
	8.034	13.226

O contas a receber da sua controlada não apresenta montantes vencidos e nem histórico de inadimplência. Dessa forma, não existe ajuste para provisão para redução do valor recuperável.

11 Transações com partes relacionadas

A seguir o valor total de remuneração atribuído aos diretores do exercício em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

Descrição	2018	2017
Diretores estatutários	46	45

Os membros do Conselho de Administração não recebem qualquer remuneração da Companhia e sua controlada.

A Companhia e sua controlada submetem todas as aquisições de materiais e serviços a processos de cotação de preços, inclusive aquelas com partes relacionadas, praticando preços e prazos de acordo com as práticas de mercado em condições semelhantes as que seriam aplicadas entre partes não relacionadas.

Os saldos de ativos e passivos assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia e sua controlada e seus acionistas, conforme demonstrado a seguir:

a. Contas patrimoniais

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Ativo					
<i>Outros créditos</i>					
BRVias S.A.	(i)	-	-	984	864
Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônicas S.A.		6.290(*)	-	6.290	-
Passivo					
<i>Serviços prestados</i>					
Empresa Princesa do Norte S.A.	(iii)	-	-	(484)	(493)
Splice Ind. e Com. de Serviços	(iv)	-	-	(418)	(269)
Noroestecom Telecomunicações S/A	(ix)	-	-	(5)	-
Efradeb Consultoria e Assessoria Empresarial	(vi)	-	-	(9)	-
Total fornecedores (Nota Explicativa nº 19)		-	-	916	762
Dividendos a pagar					
Fundo de Investimento em Participações Volutto	(viii)	33	33	33	33
Splice do Brasil Telecomunicações e Eletronica S.A.	(viii)	33	33	33	33
		66	66	66	66
Empréstimos e financiamentos (Mútuos) - (Nota Explicativa nº 17)					
Patrimony Administradora de Bens S.A.	(x)	-	4.866	-	4.866
Comport Participações S.A.	(x)	-	15.464	-	15.464
Splice do Brasil Telecomunicações e Eletronica S.A.	(x)	-	20.314	-	20.314
		-	40.644	-	40.644

(*) Em dezembro de 2018, a Companhia fez uma cessão de crédito, transferindo todos os direitos de crédito advindos de prejuízo fiscal de IRPJ e base de cálculo negativa de CSLL, referente as empresas acima citadas para utilizar na compensação do saldo do débito do Programa Especial de Regularização Tributária (PERT).

b. Transações que afetaram o resultado

		Valor da transação no resultado do exercício			
	Nota	2018	2017	2018	2017
<i>Serviços prestados</i>					
Empresa Princesa do Norte S.A.	(iii)	-	-	(2.166)	(1.643)
Splice Ind e Com de Serviços	(iv)	-	-	(2.277)	(1.122)
BRVias S.A.	(vii)	-	-	(3.545)	(2.805)
NoroestecomTelecomunicações S/A	(ix)	-	-	-	(43)
Efradeb Consultoria e Assessoria Empresarial	(vi)	-	-	(4.122)	(122)
Total		-	-	(7.084)	(5.715)

- (i) São serviços administrativos tais como publicação de balanço e outros que foram pagos pela Companhia;
- (ii) As transações referem-se à execução direta e/ou indireta as obras e serviços de engenharia previstas nos itens do programa de exploração de rodovia;
- (iii) Serviços de transportes de pessoal;
- (iv) Execução de serviços de operação de equipamentos eletrônico de fiscalização e registro das infrações de excesso de velocidade na Rodovia;
- (v) Serviços de consultoria de engenharia;
- (vi) Serviços de consultoria administrativa;
- (vii) Serviços administrativos realizados pelo Centro de Serviços Compartilhados;
- (viii) Dividendos mínimos obrigatórios referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014;
- (ix) Outros serviços diversos;
- (x) Refere-se a mútuos financeiros atualizados a 101% do CDI, com vencimento para 2018;

12 Investimentos – controladora

A sua controladora registrou um prejuízo de R\$ 5.167 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (lucro líquido de R\$ 44.845 em 2017).

A controlada está registrada na CVM, mas não tem suas ações negociadas em bolsa de valores.

A tabela a seguir apresenta um sumário das informações financeiras em empresa controlada.

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

	Participação	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Total de passivos	Patrimônio líquido	Receita	Custos e Despesas líquido	Lucro líquido/Prejuízo
31 de dezembro de 2018	100%	82.651	969.795	1.052.446	568.451	155.778	724.229	328.217	240.575	(245.742)	(5.167)
31 de dezembro de 2017	100%	86.389	984.143	1.070.532	693.038	46.900	739.938	330.594	208.937	(164.092)	44.845

13 Imobilizado – consolidado

Em milhares de reais	Computadores e periféricos	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Total
Custo					
Saldo em 1º de janeiro de 2017	4.235	4.887	1.856	2.002	12.980
Adições	140	182	67	18	407
Baixas	-	(4)	-	-	(4)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	4.375	5.065	1.923	2.020	13.383
Adições	169	893	89	1.453	2.604
Baixas	(1)	-	(5)	(1.453)	(1.459)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.543	5.958	2.007	2.020	14.528
Depreciação acumulada					
Saldo em 1º de janeiro de 2017	(2.261)	(2.262)	(842)	(580)	(5.945)
Adições	(608)	(645)	(188)	(414)	(1.855)
Baixas	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(2.869)	(2.907)	(1.030)	(994)	(7.800)
Adições	(594)	(435)	(197)	(875)	(2.101)
Baixas	-	-	-	275	275
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(3.463)	(3.342)	(1.227)	(1.594)	(9.626)
Valor líquido contábil					
Em 31 de dezembro de 2017	1.506	2.158	893	1.026	5.583
Em 31 de dezembro de 2018	1.080	2.616	780	426	4.902

14 Intangível – Consolidado

	Praças de pedágio	Recuperação da rodovia	Sistema de arrecadação	Direito de outorga (i)	Outros- concessão (ii)	Software	Total
Custo							
Saldo em 1º de janeiro de 2017	35.206	454.444	8.054	413.597	150.847	3.275	1.065.423
Aquisições e construções	-	10.975	26	-	13.521	14	24.536
Baixas	(86)	-	-	-	(806)	-	(892)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	35.120	465.419	8.080	413.597	163.562	3.289	1.089.067
Aquisições e construções	-	4.338	26	-	13.142	12	17.518
Saldo em 31 de dezembro de 2018	35.120	469.757	8.106	413.597	176.704	3.301	1.106.585
Amortização acumulada							
Saldo em 1º de janeiro de 2017	(8.973)	(32.640)	(1.788)	(55.934)	(10.891)	(1.021)	(111.247)
Amortização do exercício	(685)	(8.845)	(157)	(8.050)	(2.935)	(64)	(20.736)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(9.658)	(41.485)	(1.945)	(63.984)	(13.827)	(1.085)	(131.983)
Amortização do período	(1.110)	(14.717)	(256)	(13.079)	(5.172)	(104)	(34.438)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(10.769)	(56.202)	(2.201)	(77.063)	(18.999)	(1.189)	(166.421)
Valor líquido contábil							
Em 31 de dezembro de 2017	25.462	423.934	6.135	349.613	149.735	2.204	957.083
Em 31 de dezembro de 2018	24.351	413.555	5.905	336.534	157.705	2.112	940.164

- (i) Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, a sua controlada registrou o direito de outorga decorrente das obrigações a pagar do ônus da concessão, conforme demonstramos a seguir:

	2009
Valor da outorga	411.000
Ajuste a valor presente	(11.202)
Atualização monetária anterior ao início das atividades	13.799
	413.597

- (ii) Representado por outros investimentos relacionados ao contrato de concessão conforme previsto no Programa de Investimentos.

Os ativos intangíveis da sua controlada são compostos pelo custo de aquisição e/ou construção e possuem vida útil definida. O critério para amortização do ativo intangível, exceto veículos da operação, é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão, desta forma, a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo da concessão.

As amortizações dos ativos intangíveis são incluídas na rubrica denominada “Custos dos serviços prestados”, nas demonstrações de resultado.

Não existem ativos intangíveis individualmente relevantes inseridos nos grupos apresentados, exceto o Direito de outorga que é composto por um único item devidamente detalhado na tabela acima.

Anualmente, ou a qualquer momento em que a Administração identifique algum risco no valor recuperável dos seus ativos, o cálculo do valor recuperável é avaliado com o objetivo de identificar possíveis riscos quanto à redução ao valor recuperável em relação à sua Unidade Geradora de Caixa (“UGC”). Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o tráfego de veículos equivalentes foi de 38.673 mil (em 31 de dezembro de 2017 foi de 39.021 mil). O método para o cálculo do valor recuperável utilizado foi o fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras, sendo que a partir dessa avaliação a Administração não identificou necessidade de registro de redução ao valor recuperável.

15 Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais do financiamento com juros, mensurado pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia e sua controlada a riscos de taxas de juros e liquidez, veja Nota Explicativa nº 27.

	Taxa de juros a.a.	Indexador	Vencimento	Controladora		Consolidado	
				2018	2017	2018	2017
Finame-BNDES (i)	5,50%	-	2021	-	-	370	541
Finem-BNDES (ii)	2,41%	TJLP	2025	-	-	99.580	117.866
Finem-BNDES (ii)	2,41%	UMIPCA-M.	2025	-	-	49.875	59.034
CCB	5,00%	CDI	2017	-	-	-	-
CCB	5,80%	CDI	2020	-	-	16.571	27.545
Leasing	17,09% a	-	2017-2022	-	-	1.403	844
	19,68%						
Mútuo financeiro (Nota Explicativa nº 13)	11,20%	CDI	2018	-	40.644	-	40.644
Total				-	40.644	167.799	246.474
Parcela circulante				-	40.644	39.160	230.110
Parcela não circulante				-	-	128.639	16.364

Composição por vencimento:

	2018	2017
Vencimento em		
2019	41.121	16.364
2020	38.819	-
2021	48.699	-
	128.639	16.364

Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

Controladora

	2018	2017
Saldos iniciais	40.644	42.816
Variação do fluxo de caixa de financiamento		
Mútuo/Capitalizado	(42.429)	
Devolução Mútuo	-	(12.200)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(42.429)	(12.200)
Outras variações		
Novas captações	-	6.000
Despesas de juros	1.785	4.028
Total de outras variações	1.785	10.028
Saldos finais	-	40.644

	2018	2017
Saldos iniciais	246.474	266.504
Variação do fluxo de caixa de financiamento		
Pagamentos de financiamentos (principal e juros capitalizados)	(40.950)	(47.244)
Mútuo/Capitalizado	(42.429)	-
Pagamentos de juros	(15.950)	(22.465)
Mútuos Pagos	-	(12.000)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(99.329)	(81.709)
Outras variações		
Novas captações	-	34.854
Despesas de juros	20.654	26.825
Total de outras variações	20.654	61.679
Saldos finais	167.799	246.474

- (i) Empréstimo obtido junto ao BNDES, por intermédio de instituição financeira, na modalidade Finame para aquisição de equipamentos e veículos para operação da Rodovia, tendo como garantia os próprios bens;
- (ii) Em 14 de dezembro de 2011, a Companhia firmou, em conjunto com o BNDES, contrato de financiamento mediante abertura de crédito no valor total de R\$ 343.706, sobre 71,4% do principal da dívida incidem juros de 2,41% a.a. mais TJLP, com exigibilidade mensal e durante o período de carência, com exigibilidade trimestral e sobre 28,6% do principal da dívida incidem juros de 2,41% a.a. mais UMIPCA-M (Unidade Monetária IPCA), com exigibilidade anual e carência durante os dois primeiros anos. Deste montante, até 31 de dezembro de 2017, foram liberados R\$ 274.246. Conforme cláusulas contratuais firmadas entre as partes, o saldo de R\$ 41.923 será liberado, concomitantemente ao cronograma de investimento do Contrato de Concessão, nas respectivas proporções de desembolso para cada subcrédito.

A amortização do principal dos subcréditos atrelados a TJLP será em 114 prestações mensais, divididas em cinco subcréditos e iniciadas em 15 de maio de 2012 (Sub A), 15 de novembro de 2013 (Sub C e E), 15 de novembro de 2015 (Sub H e J). Já a amortização do principal dos

subcréditos atrelados a UMIPCA-M será em 09 prestações anuais, divididas em cinco subcréditos e iniciadas em 15 de maio de 2013 (Sub B) e em 15 de janeiro de 2015 (Sub D, F, I e K). O Subcrédito G será utilizado na implantação de projetos sociais nas populações lindeiras ao longo da rodovia, a amortização deste subcrédito se dará em 114 parcelas mensais, a serem iniciadas em 15 de novembro de 2015, ao custo de TJLP.

Garantias

- Cessão da totalidade dos direitos creditórios;
- Cessão do crédito de contas vinculadas;
- Cessão da indenização que venha a ser devida pelo Poder Concedente, no caso de término antecipado do contrato de concessão;
- Penhor da totalidade das ações emitidas pela Concessionária;
- Aval da Comporte Participações S.A. e Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A.

As garantias reais citadas acima são compartilhadas com a 1ª emissão de debêntures, na proporção do saldo devedor de cada dívida.

Os custos incorridos na captação são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera o valor total da comissão de R\$ 2.809 para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. O montante reconhecido no resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 261. Em 31 de dezembro de 2018, o montante a apropriar no resultado futuro totaliza R\$ 1.020.

As principais cláusulas restritivas dos contratos de financiamento com o BNDES descritos acima são as seguintes:

- Não realizar distribuição de dividendos, ou pagamentos de juros sobre capital próprio e ou pagamentos de juros ou principal de mútuos juntos aos controladores da Companhia cujo valor, supere o mínimo previsto em lei, até o final do exercício de 2016;
- Sem prévia e expressa anuência do BNDES, não se endividar em valores que superem R\$ 20.000 (valor atualizado anualmente no dia 31 de janeiro de cada ano pelo IPCA anterior), com exceção as dívidas permitidas;
- Não contrair mútuos com sua acionista e com partes relacionadas de sua acionista, sem prévia e expressa anuência do BNDES;
- Manter os seguintes índices financeiros:
 - Patrimônio líquido/Ativo total maior ou igual a 20%;
 - Índice de Cobertura da Dívida ICSD superior a 1,2;
 - Manter o índice “dívida líquida/EBITDA anualizado” igual ou menor do que 05 até dezembro de 2015, e igual ou menor do que quatro a partir de janeiro de 2016, até final da liquidação das obrigações do contrato de financiamento.

Esses *covenants* financeiros são medidos junto aos credores de acordo com as demonstrações contábeis para o período e exercício findos em junho e dezembro de cada ano, conforme obrigações contratuais, sendo que, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia atingiu o índice de dívida líquida/EBITDA de 4,05, ICSD de 1,53 e

PL/AT de 30,6%. Em 18 de setembro de 2018, a Companhia obteve *waiver* dando anuência deste banco para o descumprimento de *covenants* do período de 2018.

16 Debêntures

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais das debêntures com juros, mensurado pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia e sua controlada a riscos de taxas de juros e liquidez, veja Nota Explicativa nº 27.

Data da liberação	Série	Valor da emissão	Vencimento	Encargos (% ao ano)	Controladora		Consolidado	
					2018	2017	2018	2017
15/07/2011	Única	60.000	15/07/2020	IGP-M + 12%	33.806	79.403	33.806	79.403
31/08/2018	Única	110.000	31/08/2021	103% CDI	73.949	-	73.949	-
04/06/2012	Única	300.000	04/06/2027	IPCA + 7,75%	-	-	442.516	440.079
Total					107.756	79.403	550.272	519.482

Movimentação das debentures consolidadas:

Controladora			2018	2017
Saldos iniciais			79.403	88.340
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Pagamentos Financiamento			(57.555)	(1.634)
Pagamentos de juros			(9.890)	(8.468)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento			(67.445)	(10.102)
Outras variações				
Subscrição Debentures			72.447	
Despesas de juros			23.351	1.165
Total de outras variações			95.798	1.165
Saldos finais			107.756	79.403

Consolidado		
	2018	2017
Saldos iniciais	519.482	506.916
Variações dos fluxos de caixa de financiamento		
Pagamentos Financiamento	(70.426)	(1.634)
Pagamentos de juros	(42.567)	(31.035)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(112.993)	(32.669)
Outras variações		
Subscrição Debentures	72.447	-
Despesas de juros	71.336	45.235
Total de outras variações	143.783	45.235
Saldos finais	550.272	519.482

(i) Controladora

Em 04 de junho de 2012, a Companhia realizou a primeira emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, com esforços restritos de colocação, no valor total de R\$ 300.000. Foram emitidas 300 debêntures com o valor nominal unitário de R\$ 1.000, com vencimentos anuais, primeiro vencimento em 2018 e último vencimento em 04 de junho de 2027. As debêntures serão atualizadas com base na variação do IPCA acrescido da taxa percentual equivalente a 7,75% a.a.

Cada uma das debêntures fará jus a juros, pagáveis a cada período de 12 meses contados da data de emissão, iniciando em 04 de junho de 2013 até 04 de junho de 2027.

Garantias

- Cessão da totalidade dos direitos creditórios;
- Cessão do crédito de contas vinculadas;
- Cessão da indenização que venha a ser devida pelo poder concedente, no caso de término antecipado do contrato de concessão;
- Penhor da totalidade das ações emitidas pela concessionária;
- Fiança da Comporte Participações S.A., Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A., Breda Transportes e Serviços S.A. e Calas Participações S.A. a partir de 30 de junho de 2014, da BRVias Holding VRD S.A.

As garantias reais citadas acima são compartilhadas com o contrato de financiamento do BNDES da modalidade FINEM, na proporção do saldo devedor de cada dívida.

As principais cláusulas restritivas dos contratos descritos acima são as seguintes:

- Manter os seguintes índices financeiros;
- Índice de cobertura da dívida ICSD superior a 1,3;
- Manter o índice “dívida líquida/EBITDA anualizado” igual ou menor do que 5,1 até dezembro de 2014, igual ou menor do que 4,5 até dezembro de 2015, e igual ou menor do

que 3,5 até dezembro de 2017, igual ou menor do que 3,0 até dezembro de 2018, igual ou menor do que 2,5 até dezembro de 2019 e igual ou menor do que 2,0 a partir de janeiro de 2020 até final da liquidação das obrigações do contrato de financiamento;

- Manter o índice “dívida líquida/patrimônio líquido” anualizado igual ou menor do que 4,0 até dezembro de 2014, igual ou menor do que 3,5 até dezembro de 2015, e igual ou menor do que 3,0 até dezembro de 2018, igual ou menor do que 2,5 até dezembro de 2019 e igual ou menor do que 2,0 a partir de janeiro de 2020 até final da liquidação das obrigações do contrato de financiamento;
- Patrimônio líquido/ativo total maior ou igual a 20%;
- Manter o índice “EBITDA/despesas financeira” anualizado igual ou maior do que 1,5 até dezembro de 2016, igual ou maior do que 2,0 até dezembro de 2017 e igual ou maior do que 2,5 a partir de janeiro de 2018 até final da liquidação das obrigações do contrato de financiamento.

Esses covenants financeiros são medidos junto aos credores de acordo com as demonstrações contábeis para o período e exercício findo dezembro de cada ano.

Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Companhia atingiu o índice de ICSD de 1,53 ao passo que a cláusula contratual define que seja superior a 1,3; e a Companhia atingiu os índices de dívida líquida/ebitda de 4,05 ao passo que a cláusula contratual define que seja igual ou menor a 3,5. Como consequência, o montante de R\$ 402.329, foi reclassificado para o passivo circulante em atendimento ao item 74 do Pronunciamento Técnico Contábil CPC 26 (R1) – apresentação das demonstrações contábeis.

A Administração concluiu as negociações junto ao credor e está em fase final da discussão das minutas de AGD (Assembleia Geral de Debenturistas) e dos aditamentos.. A Companhia acredita que a assinatura da AGD e dos aditamentos serão obtidos com data posterior às demonstrações contábeis. Além da anuência para o descumprimento de Covenants, também foi aprovada uma nova curva de pagamento e de Covenants para os próximos períodos.

Os custos incorridos na captação são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera o valor total da comissão de R\$ 2.278 para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. O montante reconhecido no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 149. O montante a apropriar no resultado futuro em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 1.258.

17 Fornecedores – Consolidado

	2018	2017
Fornecedores diversos	43.377	21.215
Medições a pagar	4.785	1.575
Retenções (i)	13.259	16.283
Total	61.421	39.073

- (i) A sua controlada adota como procedimento, realizar retenções parciais do valor do serviço contratado, para honrar com possíveis riscos de contingências dos terceiros, uma vez que a sua controlada é acionada judicialmente por ser responsável solidária. Estes percentuais de retenção estão determinados por meio de contratos de prestação de serviço assinado entre as partes.

	2018	2017
A vencer		
De 01 a 30 dias	13.614	7.442
De 31 a 60 dias	2.764	908
De 61 a 90 dias	1.457	479
De 91 a 180 dias	2	2
De 181 a 360 dias	5.436	1
	23.273	8.832
Vencidas		
Até 30 dias	13.163	3.965
De 31 a 60 dias	2.623	2.607
De 61 a 90 dias	25	1.979
De 91 a 180 dias	636	2.388
De 181 a 360 dias	2.223	346
A mais de 360 dias	1.480	1.098
	20.101	12.383
	43.374	21.215

18 Provisão para manutenção – Contrato de concessão (Consolidado)

A sua controlada constitui provisão para manutenção tendo como objetivo mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

Essa provisão é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão, trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

A sua controlada definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificadas e destinadas a recompor a infraestrutura concedida as condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato passam a ser provisionadas a medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

O saldo da provisão está demonstrado abaixo:

	2018	2017
Passivo circulante	14.795	16.075
Passivo não circulante	26.522	29.418
Total	41.317	45.493

Movimentação da provisão para manutenção

Em 1º de janeiro de 2017	52.788
Realização por consumo	(26.571)
Adições	19.276
Em 31 de dezembro de 2017	45.493
Realização por consumo	(64.265)
Adições	60.089
Em 31 de dezembro de 2018	41.317

19 Ativos e passivos fiscais diferidos

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A sua controlada em 31 de dezembro de 2018 e 2017 reconheceu o imposto de renda e contribuição social diferidos passivos, referente à diferença temporária da amortização do intangível e despesas com encargos financeiros, que para fins fiscais são amortizadas linearmente e para fins contábeis de acordo com a curva do tráfego, conforme demonstrado:

	2018	2017
Ativo		
Prejuízo fiscal e base negativa	36.308	32.516
Provisão para manutenção	14.049	15.468
Outras provisões temporárias	210	380
	50.566	48.364
Passivo		
Custos dos empréstimos	(1.773)	(1.333)
Intangíveis - Efeito temporário ICPC 1 (R1) / IFRIC 12	(25.817)	(27.075)
	(27.590)	(28.408)
	22.977	19.956

- (*) Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos em sua totalidade com relação a estes itens por falta de premissas futuras com confiabilidade suficiente que permitisse o registro do ativo fiscal diferido, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o lucro.

Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 31/12/2018	Saldo em 31/12/2017	2018	2017
Ativo				
Prejuízo fiscal e base negativa	36.308	32.516	3.792	(153)
Provisão para manutenção	14.049	15.468	(1.419)	(2.480)
Outras provisões temporárias	210	380	(170)	1.037
(-) Ativo fiscal não reconhecido (*)	-	-	-	42.799
	50.566	48.364	2.202	39.129
Passivo				
Custos dos empréstimos	(1.773)	(1.333)	(441)	-
Intangíveis - Efeito temporário	(25.817)	(27.075)	(1.258)	1.057
	(27.590)	(28.408)	817	1.057
	22.977	19.956	3.020	40.186

b. Créditos tributários

Companhia

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía créditos tributários a compensar sobre os seguintes valores base:

	2018	2017
Prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social	105.417	82.440

Ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais não foram contabilizados devido a falta de premissas convincentes para cálculo da expectativa de geração de lucros tributáveis futuros. A Companhia considera evidência convincente o primeiro exercício social que apresentar lucro tributável, aliado ao histórico de confiabilidade das projeções de recuperação do ativo fiscal diferido.

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição.

Controlada

Em 31 de dezembro de 2018, a sua controlada possuía créditos tributários a compensar sobre os seguintes valores base:

Controlada	2018	2017
Prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social	106.788	95.637

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição.

c. Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

Reconciliação da despesa de IR e CS Descrição	Controladora	
	2018	2017
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(31.315)	39.055
Alíquota nominal	34%	34%
(=) Crédito de impostos a alíquota nominal	10.647	(13.279)
Equivalência patrimonial	(1.757)	15.247
(+) Créditos de prejuízos fiscais não reconhecidos	(2.600)	(1.968)
(=) Imposto de renda e contribuição social no resultado	6.290	-
Alíquota efetiva	20,09%	0%

Reconciliação da despesa de IR e CS Descrição	Consolidado	
	2018	2017
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(34.335)	(783)
Alíquota nominal	34%	34%
(=) Crédito de impostos a alíquota nominal	11.674	(266)
(+) Adições permanentes	(1.336)	(31)
(-)/(+) Créditos de prejuízos fiscais reconhecidos (não reconhecidos)	(1.028)	41.628
(-) Outros	-	(1.145)
Impostos diferidos	9.310	40.186
(=) Imposto de renda e contribuição social no resultado	9.310	40.186
Alíquota efetiva	80%	(5.013%)

A alíquota nominal dos impostos é de 34% sobre o lucro ajustado conforme a legislação vigente do Brasil para o lucro real. A alíquota efetiva demonstrada acima apresenta a melhor estimativa da administração da alíquota anual esperada.

20 Provisão para contingências – Consolidado

A Companhia e sua controlada, no curso normal de suas atividades, está sujeita aos processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Em 31 de dezembro de 2018, está provisionado o montante de R\$ 617 (R\$ 1.118 em 2017), o qual na opinião da Administração, com base na opinião de assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento.

Resumo da movimentação

Descrição	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo inicial 31 de dezembro de 2017	743	375	1.118
Provisão (reversão de provisão)	(204)	(297)	(501)
Saldo final	539	78	617

Adicionalmente, a Companhia é parte de outras ações cujo risco de perda, de acordo com os advogados externos responsáveis e a Administração da Companhia, é possível, para os quais nenhuma provisão foi reconhecida, no montante de R\$ 7.879 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 3.517 em 2017). A Companhia possui seguro contratado de responsabilidade cível no valor de R\$ 35.900 (Nota Explicativa nº 28) e retenções contratuais de fornecedores para possíveis contingências trabalhistas, no qual a Companhia é responsável solidária.

Descrição	31/12/2018		31/12/2017	
	Quantidade	R\$	Quantidade	R\$
Cíveis	64	3.847	31	1.535
Trabalhistas	100	4.032	38	1.982
Total	164	7.879	69	3.517

Movimentação do depósito judicial

Descrição	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo inicial 31 de dezembro de 2017	1.000	521	1.521
Provisão (reversão de provisão)	(96)	-	(96)
Reversão	-	326	326
Saldo final	904	847	1.752

A Controlada possui seguro contratado de responsabilidade cível no valor de R\$ 35.900 (Nota Explicativa nº 28, seguro para possíveis atrasos em obras conforme previsto no edital licitatório no valor de R\$ 130.585 (Nota Explicativa nº 28) e retenções contratuais de fornecedores para possíveis contingências trabalhistas, no qual a Controlada é responsável solidária.

21 Patrimônio líquido – Controladora

Em 19 de dezembro, a Companhia na Assembleia Geral Extraordinária aprovou o valor do aumento de capital social no montante de R\$ 100.000, com isso o capital social da Companhia passou de R\$ 347.470 para R\$ 447.470, e está representado por 447.469.536 de ações, sendo 223.734.768 de ações ordinárias e 223.734.768 de ações preferenciais.

A composição acionária em 31 de dezembro de 2018, é apresentada a seguir:

Descrição			%
Fundo de Investimento em Participações Volluto	223.846.668		49,97
Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A.	223.622.868		50,03
	447.469.536		100,0

Reserva de capital

Constituída no ganho de capital na controlada, decorrente da aplicação dos novos Pronunciamentos Contábeis (CPCs) em 2010.

Dividendos

A distribuição de dividendos, observadas as disposições do Contrato de Concessão, ficará condicionada aos limites fixados pela Lei das S.A., quer quantitativamente, quer quanto a periodicidade de sua distribuição sendo que o dividendo obrigatório será de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo no 202 da Lei das S.A.

22 Receita operacional líquida – consolidado

A seguir a composição da receita operacional líquida:

	2018	2017
Receita de pedágios	202.547	197.602
Receitas acessórias	3.588	332
Receita de construção	13.355	23.750
Outras receitas	1.021	55
Tributos incidentes	(17.738)	(16.298)
	202.774	205.441

23 Gastos por natureza

A seguir, a composição das despesas por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Serviços de terceiros	(583)	(530)	(30.338)	(28.877)
Custo com pessoal	-	-	(21.974)	(23.599)
Amortização e depreciação	-	-	(36.264)	(22.711)
Provisão para manutenção	-	-	(60.089)	(19.276)
Custo de contrato concessão	-	-	(11.363)	(11.198)
Outros	(39)	(54)	(5.518)	(5.866)
Total	(622)	(583)	(165.546)	(111.527)
Custo dos serviços prestados	-	-	(154.532)	(100.648)
Despesas administrativas e gerais (i)	(622)	(583)	(11.014)	(10.879)
Custo de construção	-	-	(13.355)	(23.750)

(i) As despesas administrativas são compostas somente com despesas com pessoal.

24 Resultado financeiro, líquido

As receitas e despesas financeiras incorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Rendimento de aplicações financeiras	-	-	3.377	3.496
Outros	-	-	20.292*	-
Total receitas financeiras	-	-	23.669	3.496
Juros sobre financiamentos	(25.732)	(5.206)	(89.424)	(67.368)
Outros	-	-	(6.791)	(7.074)
Total despesas financeiras	(25.732)	(5.206)	(96.215)	(74.442)
Resultado financeiro líquido	(25.732)	(5.206)	(72.546)	(70.946)

A Companhia na controlada registrou uma receita extraordinária de R\$ 34.424, sendo R\$ 14.132 como receita acessória e R\$ 20.292(*) como juros e correção monetária, decorrente do encerramento do processo junto à empresa de telefonia que resultou em um acordo sobre a regularização da passagem de fibra ótica na faixa de domínio da Companhia, do período de 06 de maio de 2009 a 05 de maio de 2018.

25 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Controladora

		Valor contábil				Valor justo			
		Valor Justo através do resultado (Negociação)	Valor justo através do resultado	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
31 de dezembro de 2018	Nota								
Ativos									
Caixa e equivalentes de caixa	10	-	22	-	22	22	-	-	22
Dividendos a receber e outros créditos		-	32	-	32	-	-	-	-
Passivos									
Empréstimos e financiamentos	17	-	-	-	-	-	-	-	-
					107.75		107.75		
Debêntures	18	-	-	107.756	6	-	6	-	107.756
Dividendos e contas a pagar		-	-	1.220	1.220	-	-	-	-

31 de dezembro de 2017	Nota	Valor contábil			Total	Valor justo			
		Valor Justo através do resultado (Negociação)	Valor justo através do resultado	Outros passivos financeiros		Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos									
Caixa e equivalentes de caixa	10	-	1.381	-	1.381	1.381	-	-	1.381
Dividendos a receber e outros créditos		-	32	-	32	-	-	-	-
Passivos									
Empréstimos e financiamentos	17	-	-	40.644	40.644	-	40.644	-	40.644
Debêntures	18	-	-	79.403	79.043	-	79.043	-	79.043
Dividendos e contas a pagar		-	-	991	991	-	-	-	-

Consolidado

		Valor contábil				Valor justo			
31 de dezembro de 2018	Nota	Valor Justo através do resultado (Negociação)	Valor justo através do resultado	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos									
Caixa e equivalentes de caixa	10	-	4.919	-	4.919	-	4.919	-	4.919
Aplicação financeira	11	62.537	-	-	62.537	-	62.537	-	62.537
Contas a receber de clientes	12	-	9.015	-	9.015	-	-	-	-
Outros créditos		-	2.753	-	2.753	-	-	-	-
Passivos									
Empréstimos e financiamentos	17	-	-	39.160	39.160	-	39.160	-	39.160
Debêntures	18	-	-	550.479	550.479	-	550.479	-	550.479
Fornecedores	19	-	-	61.421	61.421	-	-	-	-
Dividendos e contas a pagar		-	-	3.368	3.368	-	-	-	-

		Valor contábil				Valor justo			
		Valor Justo através do resultado (Negociação)	Valor justo através do resultado	Outros passivos financeiro s	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
31 de dezembro de 2017	Nota								
Ativos									
Caixa e equivalentes de caixa	10	-	2.852	-	2.852	-	2.852	-	2.852
Aplicação financeira	11	66.616	-	-	66.616	-	66.616	-	66.616
Contas a receber de clientes	12	-	13.515	-	13.515	-	-	-	-
Outros créditos		-	4.819	-	4.819	-	-	-	-
Passivos									
Empréstimos e financiamentos	17	-	-	230.110	230.110	-	230.110	-	230.110
Debêntures	18	-	-	519.482	519.482	-	519.482	-	519.482
Fornecedores	19	-	-	39.073	39.073	-	-	-	-
Dividendos e contas a pagar		-	-	1.141	1.141	-	-	-	-

b. Mensuração do valor justo

O valor justo para o financiamento do BNDES é o registrado contabilmente uma vez que não existem instrumentos similares com vencimentos e taxas de juros comparáveis.

Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2018.

c. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia e sua controlada apresentam exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e

- Risco de crédito.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia e sua controlada para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia e sua controlada, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia e sua controlada.

(i) Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e sua controlada.

(ii) Risco de liquidez

A Companhia e sua controlada estão expostas a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia e sua controlada adotam procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

A previsão do fluxo de caixa é realizada pela Companhia e sua controlada, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento as necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia e sua controlada é investido em contas correntes com incidência de juros/remuneração, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Cronograma de amortização da dívida – Consolidado

A seguir estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros incluindo pagamento de juros estimados:

Consolidado

Em 2018	Contábil	Fluxo contratual	12 meses	12 - 24 meses	24 - 39 meses
Empréstimos e financiamentos (*)	167.799	198.623	54.221	44.812	99.590
Debêntures (*)	550.479	754.906	68.448	78.816	607.642
Fornecedores e contas a pagar	61.418	61.418	61.418	-	-
Dividendos e contas a pagar	66	66	66	-	-
	779.762	1.015.013	184.153	123.628	707.232

Em 2017	Contábil	Fluxo contratual	12 meses	12 - 24 meses	24 - 39 meses
Empréstimos e financiamentos (*)	230.110	293.810	53.603	53.603	141.713
Debêntures (*)	519.482	777.828	75.871	82.671	619.286
Fornecedores e contas a pagar	39.073	39.073	39.073	-	-
Dividendos e contas a pagar	66	66	66	-	-
	788.731	1.110.777	213.504	136.274	760.999

(*) O cronograma da dívida foi divulgado levando em consideração a não quebra de *covenants* conforme Notas Explicativas nºs 17 e 18.

(iii) **Risco de mercado**

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de preço que pode ser relativo às tarifas entre outros. A Companhia e sua controlada não tem importações ou exportações de insumos ou serviços e não apresenta em 31 de dezembro de 2018 ativos ou passivos em moeda estrangeira, consequentemente não apresentando exposição a riscos cambiais. A Companhia e sua controlada não tem ações negociadas em mercado.

Exposição a riscos de taxas de juros

Risco de taxa de juros é o risco de a Companhia e sua controlada virem a sofrer perdas econômicas devido às alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno. Essa exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem os passivos da Companhia indexados pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs), Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M).

Perfil

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis da Companhia e sua controlada eram:

		Valor contábil	
		2018	2017
Instrumentos de taxa pré-fixada			
Empréstimos e financiamentos		1.773	1.385
		Valor contábil	
		2018	2017
Instrumentos de taxa variável			
Empréstimos e financiamentos	CDI	16.571	82.113
Empréstimos e financiamentos	TJLP	99.580	119.494
Empréstimos e financiamentos	UMIPCA-M	49.875	59.850
Debêntures - Controlada	IPCA	442.516	428.080
Debêntures - Controladora	IGP-M	107.756	79.403

O objetivo da Companhia e sua controlada é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e sua controlada e buscar

eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da taxa do CDI, IPCA, TJLP e IGP-M, principal exposição de risco de mercado da Companhia e sua controlada.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros as estas variáveis são apresentadas a seguir:

(iv) Seleção dos riscos

A Companhia e sua controlada selecionaram os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa do CDI, IPCA, TJLP e IGP-M.

(v) Seleção dos cenários

Em atendimento a Instrução CVM nº 475/08, a Companhia e sua controlada apresentam na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia e sua controlada.

Como cenário provável (Cenário I) adotamos a taxa de juros IPCA, CDI, TJLP e o IGP-M de acordo com as projeções obtidas no Banco Central (BACEN) – Relatório FOCUS, Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (CETIP), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 31 de dezembro de 2016.

Para os dois cenários adversos na taxa do IPCA, CDI, TJLP e IGP-M foram consideradas uma alta de 25% sobre o cenário provável (Cenário I) como cenário adverso possível (Cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (Cenário III).

(vi) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da IPCA, CDI, TJLP e IGP-M é apresentada na tabela abaixo:

Risco de taxa de juros sobre passivos financeiros – Apreciação das taxas

			Cenários					
			Provável		Aumento do índice em 25%		Aumento do índice em 50%	
Instrumentos	Exposição 2018	Risco	Valor		Valor		Valor	
Empréstimos e financiamentos	99.580	Aumento TJLP	7,00%	(6.971)	8,75%	(8.713)	10,50%	(10.456)
Empréstimos e financiamentos	49.875	Aumento UMIPCA	1,90%	(948)	2,38%	(1.185)	2,85%	(1.421)
Capital de giro	16.571	Aumento CDI	10,25%	(1.699)	12,81%	(2.123)	15,38%	(2.548)
Debêntures Controlada	442.516	Aumento IPCA	3,60%	(15.931)	4,50%	(19.913)	5,40%	(23.896)
Debêntures Controladora	107.756	Aumento IPCA	2,75%	(2.963)	3,44%	(3.704)	4,13%	(4.445)
Total dos passivos financeiros	716.298		(28.511)		(35.638)		(42.766)	
Impacto no resultado do período apresentado					(7.128)		(14.255)	

			Cenários					
			Provável		Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
Instrumentos	Exposição 2018	Risco	Valor		Valor		Valor	
Empréstimos e financiamentos	99.580	Aumento TJLP	7,00%	6.971	5,25%	5.228	3,50%	3.485

Empréstimos e financiamentos	49.875	Aumento UMIPCA	1,90%	948	1,43%	711	0,95%	474
Capital de giro	16.571	Aumento CDI	10,25%	1.699	7,69%	1.274	5,13%	849
Debêntures Controlada	442.516	Aumento IPCA	3,60%	15.931	2,70%	11.948	1,80%	7.965
Debêntures Controladora	107.756	Aumento IPCA	2,75%	2.963	2,06%	2.222	1,38%	1.482
Total dos passivos financeiros	716.298			28.511		21.383		14.255
Impacto no resultado do período apresentado						7.128		14.255

A Companhia e sua controlada não apresentam quadro de sensibilidade de suas aplicações financeiras, o risco atrelado a estas aplicações não são materiais nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018.

(vii) Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio é regulada pelo poder concedente (ARTESP - Agência de Transportes do Estado de São Paulo). O contrato de concessão prevê a manutenção do seu equilíbrio econômico – financeiro.

(viii) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia e sua controlada estão expostas ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber), de financiamento e depósitos em bancos e aplicações financeiras em instituições financeiras.

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia e sua controlada somente realizam operações em instituições com baixo risco avaliadas por agências independentes de rating. Os saldos contábeis representam a exposição máxima ao risco de crédito.

Gestão do capital social

O objetivo principal da administração de capital é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista.

A Companhia e sua controlada administram a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia e sua controlada podem ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas ou emitir novas ações.

26 Cobertura de seguros – Consolidado

A sua controlada adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As coberturas de seguros, conforme apólices de seguros da sua controlada, são compostas por:

Modalidade	Vigência	Cobertura
Garantia operação	05/2018 a 05/2019	73.846
Garantia ampliação	05/2018 a 05/2019	130.585
Operacionais	05/2018 a 05/2019	42.900
Responsabilidade civil	05/2018 a 05/2019	35.900
Engenharia	05/2018 a 05/2019	13.701

Em virtude da aquisição de dos veículos pesados para a operação da Rodovia, foram contratadas coberturas de Responsabilidade Civil contra Terceiros (Danos Materiais, Corporais e Morais).

27 Benefícios a empregados – Consolidado

A Companhia e sua controlada mantém os seguintes benefícios de curto prazo a empregados e administradores: auxílio creche, assistência médica, seguro de vida, vale-refeição, transporte e vale alimentação.

Não é política da sua controlada conceder benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, bem como remuneração baseada em ações. Nas rescisões de contrato de trabalho considera-se a legislação trabalhista em vigor.

28 Aspectos ambientais – Consolidado

A sua controlada considera que suas instalações e atividades estão sujeitas as regulamentações ambientais. A sua controlada diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A sua controlada acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

29 Risco regulatório – Consolidado

A Companhia desconhece quaisquer eventos de iniciativa do governo estadual que possam afetar a continuidade da exploração da rodovia. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

A Companhia, segundo pesquisas de opinião, goza de aceitação e satisfação perante o público em geral e não se encontra em processo de medida judicial que possa vir a prejudicar suas atividades.

Quanto a eventos provocados pela natureza, entende-se que o trajeto da rodovia, em sua maioria plano e distantes de acidentes geográficos potencialmente prejudiciais, não apresenta grandes riscos ao andamento dos trabalhos de reforma e ampliação. Importa ressaltar, por outro lado,

que a Companhia se encontra coberta com a apólice de seguros das operações, riscos de engenharia, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 27.

A Companhia, durante o curso normal das suas atividades está sujeita a fiscalizações do órgão regulador, estando suscetível a questionamentos e as penalidades cabíveis, caso não esteja atendendo as obrigações licitatórias. Para os questionamentos realizados pelo órgão regulador a Companhia realizou os devidos esclarecimentos e com base neste fato, e na avaliação dos seus assessores jurídicos, não constatou qualquer evento relevante que possa afetar as suas informações financeiras.

30 Compromissos vinculados a contrato de concessão – consolidado

Decorrente da verba de fiscalização

A sua controlada assumiu o compromisso ao longo de todo o prazo de concessão de efetuar um pagamento no valor correspondente a 3% da receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela concessionária, portanto em 27 de julho de 2013 foi publicado no Diário Oficial a redução do percentual para 1,5%, passando a vigorar a partir de julho de 2013 conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.

Investimentos

De acordo com o programa estadual de concessão de rodovias, a Companhia assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos durante o prazo da concessão. Esse montante a realizar em 31 de dezembro de 2018 totaliza R\$ 775.971, valor nominal. A Companhia tem previsão orçamentária para realizar investimentos e consequentemente cumprir as metas contratuais. Em decorrência principalmente da desaceleração do crescimento da econômica brasileira, houve uma postergação no plano de investimentos inicialmente acordados junto ao poder concedente, de qualquer forma a administração da Companhia acredita que os prazos finais dos investimentos acordados junto ao poder concedente, serão atendidos.

31 Demonstrações dos fluxos de caixa – Consolidado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas de acordo com o CPC 03 R2/IAS 7. Durante o período findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia adquiriu ativo intangível no montante de R\$ 17.518, dos quais R\$ 563 são itens que não afetam o caixa referente às retenções parciais do valor de serviço contratado – fornecedores, para honrar com possíveis riscos de contingências dos terceiros.

32 Outros assuntos

Em 1º de julho de 2016, foi cumprido na sede da Companhia o Mandado de Busca e Apreensão, expedido pelo Supremo Tribunal Federal, com o objetivo de obter evidências para investigação de diversos financiamentos concedidos pelo FI-FGTS, tendo sido pela Companhia disponibilizadas todas as informações solicitadas.

A Companhia contratou especialistas externos para conduzir investigação interna independente sobre o tema supracitado, compreendendo o período de março de 2011 a maio de 2012.

A investigação naquela ocasião não identificou riscos legais atribuíveis à Companhia com relação aos fatos da investigação.

A respeito da referida investigação, em 1º de junho de 2018, o juiz da 10ª vara emitiu sentença sobre os investigados que não fazem parte do quadro da Companhia, que, por sua vez, não figura como investigada.

Até o momento, não há como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados da referida sentença e por quaisquer desdobramentos futuros das investigações pelas autoridades brasileiras, a Administração neste momento entende que tais efeitos, se existentes, não deverão afetar significativamente a Companhia e, conseqüentemente, as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018.

A Companhia continua à disposição das autoridades legais para prestar esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

* * *

Diretoria

Maria Zélia Rodrigues de Souza França – Diretora
Ricardo de Souza Adenes – Diretor

Conselheiros

Antônio Roberto Beldi
Paulo Sergio Coelho
João Paulo Barros Beldi
Ricardo Constantino

Contador

Marcelo Carlos Biancolini
CT – CRC/SP nº 1SP-236.252/O-0